ATA DA DUCENTESIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CES-MT

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Hotel Fazenda Mato Grosso em Cuiabá/MT deu início à **centésima octogésima quinta reunião ordinária** do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso. **O Presidente, o Srº Augusto Carlos Patti do Amaral,** não pode estar na reunião por motivo de viagem, com isso **o Vice Presidente, o Srº Carlos Alberto Eilert presidiu a reunião. O Presidente** fez os devidos cumprimentos e após a conferência de quorum deu início a reunião. **O Presidente, Carlos Alberto Eilert** da início a ultima reunião do ano de 2010, esta reunião se deu em dois períodos. Antes de começar as pautas da reunião, o Presidente abre uma fala ao Srº Paulo Fernandes, ordenador de despesas da SES para que explique ao Pleno do Conselho do porque da demora para arrumar uma sala para reunião deste Pleno, porque o pregão não foi assinado até hoje e também para falar do CRIDAC, que está em uma situação muito difícil e me parece que vai ficar sem os aparelhos auditivos. Por mim essa reunião não aconteceria e eu chamaria a imprensa pelo descaso para com o Conselho. Para nos explicar toda essa situação, com a palavra o Sr. Paulo. **O Ordenador de Despesas, o Srº Paulo Fernandes diz**: sei que não cabe uma justificativa, mas gostaria de explicar todo esse transtorno com relação a sala de reunião para o Conselho. Na semana passada o Ivan esteve comigo e naquele momento liguei para a Benedita, que é a Coordenadora de Apoio Logístico e pedi a ela que resolvesse a questão do espaço físico e pedi ao Ivan que acompanhasse. Perguntei a ele em dois momentos se a Benedita já havia resolvido o problema do espaço físico e até aquele momento para mim esta correndo tudo bem. Sinceramente eu não sei o que ocorreu, se houve uma falha de comunicação entre a Escola de Saúde e a SES, porque, a sala que seria para reunião do Conselho já estava reservada para um outro evento. Se naquele momento fossemos avisados que essa sala já estava reservada para outro evento nós iríamos ver outra possibilidade, então com isso quero pedir desculpas pelo transtorno, pelo atraso da reunião. Pela minha parte não vejo como um descaso da SES em relação as ações do Conselho. Com relação as aquisições, isso é um problema sério que desde quando eu cheguei junto com o secretário, nós estamos tentando resolver, para que diminua a judicialização, já que isso é um dever do Poder Público. Precisávamos regularizar as aquisições, principalmente daqueles medicamentos que estavam zerado na CAF. Até meados deste ano não havia ocorrido nenhum pregão, nenhum processo de licitação havia sido concluído, vamos fechar o ano com mais de sessenta processos licitatórios concluídos, dentre eles os de medicamentos. Com relação aos aparelhos auditivos, fui procurado pela Lucia e a prioridade era fazer o credenciamento, mas chegou um momento que a gente percebeu que o credenciamento não ia ficar pronto no tempo que se esperava, com isso pautamos uma outra reunião e verificamos a questão específica dos aparelhos auditivos, com isso percebemos e tivemos o conhecimento de que o paciente deveria utilizar o aparelho que melhor adaptasse ao seu problema. Tínhamos quatro categorias de pacientes, e cada um com uma adaptação de aparelho diferente e com isso autorizamos a fazer a contratação dispensando licitação porque seria quatro empresas que estariam fornecendo os equipamentos. Tudo isso para não ocorrer esse problema da falta do aparelho e acredito que já está na faze de assinatura do contrato para entrega dos

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

aparelhos auditivos. Temos outros problemas também, com relação a cadeira de roda, que a empresa era para entregar um modelo e entregou outro, e a Srª Lucia não aceitou, chamamos a empresa para negociar e a empresa se comprometeu a entregar no prazo estabelecido. Com isso vocês percebem que não é descaso da SES, existem alguns problemas que acontecem e que estamos tentando resolver da melhor maneira possível. Voltando ao problema da transferência da reunião para esse local, admito que realmente temos problemas na licitação para contratação de serviços de eventos tivemos dois pregões fracassados a poucos dias atrás e ficamos sem contrato e isso é um dos motivos de nós querermos fazer a reunião na Escola de Saúde, porque eu já venho a algum tempo corrigindo irregularidades de serviços anteriores, pagamento por indenização era comum na Secretária e reduzi bastante esse serviço. Resumindo, peço desculpas pelo atraso e o transtorno da reunião e acho que não é um descaso da SES com o Conselho. Em seguida, **o Presidente, Carlos Eilert abre 30 (trinta) minutos para discussão sobre o assunto. O Presidente diz**: Essa é uma situação difícil porque no dia 17/11 a Secretaria Geral fez todo o encaminhamento e no dia 23 obteve a resposta da Srª Benedita, da Coordenadoria de Apóio Logístico dizendo que não teria como atender a solicitação do Conselho porque não tinha pregão para isso, com isso o conselho aceitou fazer a reunião na Escola de Saúde, mas mesmo assim aconteceu tudo isso, percebo com isso que é um problema de logística, pois no dia da reunião não tem sala, anteriormente fomos questionados por você, dizendo porque cafezinho, porque garçom e isso não pode acontecer, pois o Conselho tem recurso para isso. Espero que melhore isso em 2011. **O Conselheiro Paulo diz**: O Srº Paulo Ordenador de despesas vem desempenhando muito bem o seu papel junto a SES, vem desempenhando muito bem o seu papel, com todas as dificuldades. Queria dizer que não é corte de recurso e sim otimização dos recursos, as vezes se confundem a fala como corte de recursos. **A Conselheira Aparecida Amorim diz**: É lamentável estarmos aqui discutindo essas questões, o que me preocupa é que o Conselho tem uma agenda ordinária mensal e isso é questão de planejamento e isso deve ser executado de acordo, isso não é a primeira vez, já estamos nessa situação a três reuniões, o orçamento público dá brecha quando não há o pregão para que ele possa comprar o serviço emergencial com toda justificativa. Existe uma tentativa de desqualificar esse espaço público que é o Conselho que foi conquistado a mais de vinte anos, e acho que temos que aprender a viver com a convivência democrática. **O Conselheiro Lousite diz**: Estou satisfeito pela presença do Srº Paulo, ordenador de despesas, queria dizer que reunião nós fazemos até em baixo da mangueira, mas essa questão aqui é de extrema relevância pública e tem que ser respeitado. Gostaria de saber aqui e ninguém da gestão me respondeu, o que é saúde e o que é doença, outra coisa o Conselho tem que tomar uma atitude com relação a esse bendito pregão que a tempos não esta dando certo. A Secretária e o Conselho tem que ter atitude política de decisão. **A Conselheira Leila Boabaid diz**: Infelizmente o pregão foi fracassado então temos que ter o bom senso e encaminhar de acordo com o que esta acontecendo no momento, temos que parar com essa picuinha e tentar encaminhar e respeitar minimamente o espaço, dar condição de trabalho ao Conselho. Sabemos que houve falha no pregão e temos que saber entender isso. **O Conselheiro Orlando diz**:

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

Diante da explicação feita pelo Ordenador de despesas, o Srº Paulo, ele disse que não houve desrespeito com o Conselho e eu digo que houve sim, a partir do momento que você questionou o Srº Ivan dizendo: porque café, porque garçom você desrespeitou todo este Conselho e isso não pode mais acontecer. **A Conselheira Marivanda diz**: fico estarrecida com as coisas que a gente houve aqui nesse Conselho, gostaria de dizer para conselheira Leila Boabaid o que ela quis dizer com picuinha, pois isso é um desrespeito com os demais conselheiros, isso é um termo muito pejorativo e temos que respeitar a todos que estão aqui. Segunda coisa é a questão dos endereços dessas reuniões, pois isso aqui é de relevância pública e nós estamos aqui representando a sociedade e a sociedade tem que conhecer o seu endereço sim e temos que ter o nosso espaço com respeito e queria dizer que isso é um descaso sim, colocar o Conselho em qualquer lugar. O primeiro descaso foi quando houve uma audiência pública na Assembléia Legislativa e o Secretário não esteve presente e a população novamente foi desrespeitada. **O Conselheiro Antônio Cordeiro diz**: Eu sempre tenho dito as vezes, que as pessoas não sabem do que o Conselho precisa para funcionar no Estado, o dia que as pessoas, o Governador souber o que é o Conselho, o dia que os conselheiros resolverem não aprovar as questões que vem para cá, ai sim o executivo vai perceber o que é o Conselho. Isso que esta acontecendo com o Conselho é um descaso, a Secretaria Executiva do Conselho todo mês está tendo dificuldades para programar as reuniões do CES. Nenhum conselheiro recebe para estar aqui trabalhando pelo Conselho, portanto merecemos respeito. Finalizando as discussões, os esclarecimentos, **o Presidente** faz os agradecimentos a presença do Srº Paulo Fernandes e pelos devidos esclarecimentos. Após os esclarecimento o **Presidente dá início** a reunião do **PERÍODO MATUTINO** a **Pauta 2.1** apreciação e aprovação da Ata da reunião extraordinária do mês de Outubro de 2010. Em apreciação tem algum conselheiro que quer se manifestar, alguma sugestão de alteração, não havendo vamos colocar em aprovação. Os conselheiros que concordam com a Ata aqui apresentada se manifeste levantando o braço, quem é contrário? Abstenções. OK com 13(treze) votos a favor e 04(quatro) abstenções foi aprovada a Ata. **Pauta 3.1** Formar Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Plano Emergencial de Enfrentamento da Hanseníase no Estado de Mato Grosso. **O Presidente diz**: quem se candidata para formar a referida Comissão? Com isso, três conselheiras se candidataram para fazer parte da Comissão. A conselheira Suely, representando os usuários, a conselheira Edite, representando o Governo e a conselheira Marivanda, representando os trabalhadores da saúde. O **Presidente coloca em aprovação** do Pleno os nomes das candidatas, os conselheiros que concordam com nomes aqui apresentados se manifeste levantando o braço, quem é contrário? Abstenções. OK aprovado por unanimidade favorável aos nomes apresentados. **O Presidente da seqüência a reunião**, Pauta 3.2 Apresentação sobre a situação da PPI no Estado. Com a palavra o conselheiro Paulo. **O Conselheiro Paulo** convida a Coordenadora de Controle e avaliação da SES, a Srª Leila para fazer a apresentação sobre a PPI no Estado. A Srª Leila disse que isso é um processo de quatro anos, que a cada quatro anos ele se renova e que o Estado é o coordenador desse processo, não é um processo exclusivo do Estado de Mato Grosso, esse processo vem do Ministério da Saúde e ele da toda diretriz financeira do

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

programa. Então começa pelo Estado que comanda toda diretriz, com o apoio do Ministério, inclusive com apoio técnico. Todo processo é feito com grupos de trabalho formado por varias áreas da SES para formar esse parâmetro técnico. A SES elabora todo planejamento da PPI, define também qual o período da revisão e de quanto em quanto tempo ela vai ser revista. Cabe Coordenadoria de Controle e Avaliação da SES fazer todo controle a avaliação da PPI. Após a apresentação **o Presidente abre para** inscrições dos conselheiros discutirem o assunto. **O Conselheiro João Dourado diz**: Pelas conversas que eu tenho com os gestores municipais, nós estamos sim com problemas na PPI, as vezes o que esta sendo apresentado não condiz com a realidade, com o que está acontecendo, as vezes o município manda recurso para o município de referência, mas depois acaba não atendendo o usuário do município solicitante. Então é importante que os coordenadores da PPI reveja essa situação. Em seguida a **Conselheira Leila Boabaid diz**: Nós observamos que na construção da PPI, alguns pontos que prejudicaram, por exemplo o Estado ter saído da co-gestão, então acho que isso foi uma falha nossa, outro ponto que foi bastante negativo foi a série histórica que desfez em 2008. Outra coisa que achei muito importante a articulação dos dezesseis colegiados de Gestão Regional e queria dizer que o Estado está muito avançado nesse aspecto. A conselheira indica ainda que o Conselheiro João Dourado participe da construção da PPI com a área técnica da SES. Em seguida o **Conselheiro Ângelo,** pergunta se a PPI passou a priori pelo Conselho, foi aprovado pelo Conselho ou passou depois? Pelo que percebo a PPI é praticamente normativa, então no meu entendimento a PPI é um plano de ação e não de acordo com as necessidades dos municípios do Estado. **A Técnica, Leila responde** aos questionamentos: Gostaria de dizer que a série histórica que foi levantada em 2008, ela foi um ponto de partida e não o foco principal. Queria dizer também que produção gera recurso, se cada município tiver a responsabilidade de informar corretamente aquilo que ele faz no seu sistema, que é um problema hoje dos 141 municípios do Estado, essa informação correta poderia gerar muito mais recurso e essa é uma orientação que nos passamos continuamente para os gestores. Com relação a judicialização, queria dizer que temos um problema grave e sério do nosso país, é que a tabela SUS não é condizente mais com o valor que os profissionais hoje solicitam e a PPI trabalha com a tabela SUS e não há outra referência e muitos prestadores não querem mais prestar serviços pela tabela SUS, acho que tem que ser levado de Gestor para Ministério essas questões. Em seguida a C**onselheira Marivanda diz**: Gostaria que essa discussão fosse mais ampla para entendermos melhor todo o processo da PPI. Gostaria de saber como vocês conseguem trabalhar PPI com o PDR de 2005, como se da essa relação? Acho que o PDR tem que ser revisto e reorganizado de uma forma que contemple a todos e que coloque responsabilidade também para os municípios e acho isso teria que ser pautado nas conferências. Em seguida o **Conselheiro Bazan diz**: Parabeniza a Técnica da SES, a Srª Leila pelo belíssimo trabalho. Vejo o planejamento como um instrumento muito importante e acho que é na execução é que vamos corrigir muitas coisas, mas trabalhar apenas com o valor médio é preocupante porque precisamos enxergar qual o valor médio dos menores preços, o valor médio dos maiores preços e a média que é dos três e isso ainda confundem muita gente, precisamos saber disso para

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

saber quanto vai gastar. Em seguida a **Conselheira Edite diz**: Queria dizer que o PDR teria que estar na frente da PPI, quando se fala em investimento é PDI e não PPI e isso é que vai contemplar no PDR. Queria dizer que o prestador quando presta o serviço nem sempre ele tem a capacidade instalada (física e humana) para tal e ai vira um tumulto de atendimento e o município de Cuiabá peca muito com isso, oferta-se o serviço, mas não tem como atender, acho então que tem que advertir e punir esse tipo de atitude. Em seguida a **Conselheira Zuleide diz**: Queria dizer que o Conselho sempre foi convidado para fazer parte do processo. Para nossa tristeza essa foi a primeira vez que a PPI foi aprovada antes do PDR e isso nunca aconteceu, foi tirado de nos e passado para a Superintendência de Políticas, mas nós fizemos a PPI. Esse é um trabalho muito importante, que é discutido, analisado com todos os gestores. Hoje nós conseguimos, com a gestão da Edite, estar puxando esse PDR dessa Superintendência e voltar para nós e hoje estamos trabalhando o PDR, que hoje é PDRI devido tamanho o problema da situação. Em seguida o **Conselheiro Antônio Cordeiro diz**: Com relação a judicialização, queria saber porque a saúde está sendo judicialisada no país inteiro? Acho que o Governo Federal não tem interesse na saúde, e acho que temos que atentos quanto a isso. Em seguida a **Técnica Leila responde**: Com relação a referencia da alta complexidade, que é uma dificuldade que o Estado tem, acho que tem que ter uma estrutura mínima para atendimento. Sabemos que existe uma dificuldade enorme de levar médicos, especialistas em certas áreas para o interior, e sabendo disso a SES esta fazendo um grupo de apoio ao município para tentar conduzir a contratualização desses hospitais, junto com Cuiabá, mas estamos fazendo isso como apoio técnico para tentarmos minimizar esse problema. Após as discussões e as respostas aos questionamentos, o **Presidente coloca em aprovação** as propostas de encaminhamentos ao Pleno do Conselho. **1ª Proposta** – Que representantes do Conselho faça parte do grupo de trabalho para construção do PDR. **2ª Proposta** – Que o Conselho marque uma agenda com o governador para discutir o PDR, PDI, PPI da saúde para 2011. **3ª Proposta** - Que a Comissão de Monitoramento leve as discussões e informações sobre o PDR, PDI, PPI para os Conselhos Municipais. **4ª Proposta** – Que a primeira reunião ordinária de 2011, em fevereiro seja de período integral para que na parte da manhã seja discutido as prioridades da PDI, PDR, PPI para conferência de 2011. O Presidente diz: Os conselheiros que concordam com os encaminhamentos propostos se manifeste levantando o braço, quem é contrario? Abstenções. OK aprovado por unanimidade as propostas de encaminhamentos. Em seguida **o Presidente da seqüência** na reunião, **Pauta 3.3** – Discussão e encaminhamentos sobre a sede própria do CES/MT. Em **seguida o Conselheiro Lousite**, defende a construção de uma sede própria do Conselho, pois atualmente o Conselho precisa de um espaço físico maior e inclusive de mais profissionais, para dar conta das demandas, diz também das dificuldades que o Conselho enfrenta em dias de reunião, a Secretaria Executiva sofre para fazer o agendamento das reuniões, diz também que a sede do Conselho poderia ser construído ao lado da SES, porque se for esperar pela construção do anexo da SES vai demorar muito, haja vista que já faz três anos que esse anexo está para ser construído e até agora nada. O conselheiro disse ainda que teríamos que ver com

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

o novo governo quais as prioridades, quais as ações previstas para a saúde em 2011. O Conselheiro Lousite fez ainda, a leitura de um documento redigido por ele: Estamos com uma nódoa na Legislação na condução da política de nossa saúde.Apresentação. Cumprimentamos V.S. e demais companheiro Conselheiros e Conselheiros que compõe esta Plenária e que passam por aqui e q na oportunidade informamos à Plenária do CES-MT que este breve relato é a composição preliminar da materialização dos esforços que tem sido enviado nos últimos anos pelo CES-MT em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde para discutir a importância do fortalecimento do SUS, considerando que a sua proposta é parte de um modelo de desenvolvimento do país que materializa "O Princípio da Justiça Social". É disto que estamos tratando como Conselheiro Estadual de Saúde de MT, discutindo a importância do fortalecimento do SUS em MT e a "conseqüente" necessidade de uma política consistente de financiamento estável suficiente e com controle social, que responda a nossa condição de Sujeitos de Direito . Neste momento tão delicado e penoso para todos nós brasileiros, mato-grossenses e cuiabanos, ficamos pensando qual proposta que nós Conselheiros de saúde do Estado de MT daremos aos nossos Governantes. Queremos ter a certeza que esse TSUNAMI de LAMA que bombou neste Estado e no Brasil pode ser convertido numa oportunidade histórica de transformação. Como Cidadão como povo, como Conselheiros, precisamos fazer as mudanças necessárias para moralizar nosso Estado Democrático e exigir o que nos é de direito constitucional a saúde. Os conselheiros tem um papel determinante, não só na hora de controlar gastos mas também na construção do plano de saúde e construção de gastos públicos. Nossa participação como conselheiros é fundamental na proposição de ações transformadoras onde sugerimos uma agenda de médio e longo prazo que MT adote uma Política de Estado que garanta a saúde como Direito de todos e de todas. Se perdemos isso de vista, financiamento ficará sempre o reboque de políticas circunstanciais ou interesses de quem não quer que a saúde pública funcione. A saúde não pode ser um tijolo que compramos e vendemos no mercado. Afinal, não basta que o Estado mantenha as contas em dia o que garante não mexer as contas um dia o que garante não mexer em grandes interesses de grupos especuladores que lucram com a dívida pública às custas de um enorme déficit social. "Quando muitos sonham agem juntos uma nova realidade passa a acontecer. Rubens Alves". Proposição: I - (estudar) Reformular a L.C. 22. II – Estudar Reformulação do Regimento Interno e Comissões. III – Providenciar audiência com o Governador de MT. IV – As pautas tem que ser cumpridas a exemplo das mudanças que ocorrem. Em seguida **o Conselheiro João dourado diz** que para o ano de 2010 não temos mais nada o que fazer, mas que para o ano seguinte o Conselho terá que garantir investimentos no PTA de 2011 para construção e estrutura do CES/MT. O Conselheiro diz que é de extrema relevância a nova sede do Conselho para um melhor desenvolvimento das ações do CES/MT. Em seguida, **a Conselheira Zuleide** propõe construir uma agenda para 2011 de como vamos realizar nossas reuniões, que poderia inclusive ser realizada em órgãos públicos. **O Conselheiro Carlos Eilert propõe** que o Conselho marque uma agenda com o Governador, de preferência para o dia **15/12/2010**, antes do novo Governo tomar posse, para que seja discutido a situação da saúde no Estado, quais as prioridades para o novo

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

Governo. Propôs também que se construísse um documento com as demandas e as prioridades na saúde para 2011 e que o documento lido pelo conselheiro Lousite poderia ser usado como base construção de um novo documento construído com o auxilio de todos os conselheiros. Em seguida o **Presidente coloca em votação** as propostas dos conselheiros. Os conselheiros que concordam com as referidas propostas pelos conselheiros se manifeste levantando o braço, quem é contrário? Abstenções. OK Aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente finaliza a reunião do período da manhã e diz que a reunião do período da tarde terá início após o almoço, as 13:30 horas. **O Presidente, Carlos Eilert da início** a reunião do **PERIODO DA TARDE**. O Presidente propõe antecipar a **Pauta 2.4 –** Formar Comissão para realização da Conferência Estadual de Saúde em 2011, proposta esta, que foi aceita pelo pleno. Em seguida a **Conselheiro João Dourado propõe**: Primeiramente que seja publicado o relatório final da 6ª Conferência Estadual de Saúde de 2007, porque até hoje não foi publicada e o CES pode ficar em uma situação difícil perante aos municípios na Conferência em 2011, propõe também que seja eleito nesse momento não só os membros da comissão, e sim o Coordenador da Comissão também. **O Conselheiro Orlando diz**: A Conferência tem que ter um caráter avaliativo e dia que a Comissão a ser formada tem que verificar bem essas questões. Propõe que um representante de cada Comissão do CES faça parte da Comissão da Conferência. **O Conselheiro Antônio Cordeiro** propõe que a formação dessa Comissão seja paritária. **A Conselheira Jucélia propõe** que se reveja as pendências da 6ª Conferência antes de começar a trabalhar a próxima. **O Conselheiro Lousite diz**: Propõe que seja conferência seja discutido a reforma tributária e a reforma sanitária também, por ser de extrema relevância. **A Conselheira Leila Boabaid diz** que nessa próxima Conferência tem que envolver os técnicos as SES/MT no processo, pois existe muita gente competente que pode colaborar. **O Conselheiro Ângelo diz que** temos que verificar primeiro o relatório anterior, verificar o que foi realizado e o que não foi realizado, isso será muito importante para a próxima Conferência. **O Conselheiro João Dourado propõe** a eleição dos componentes da Comissão da seguinte forma: que o Presidente do Conselho seja o Presidente da Conferência e que a Comissão tenha 6(seis) membros incluindo o Coordenador e que depois, em um segundo momento seja formado 3(três) sub-comissões, 1(uma) Comissão de Relatoria, 1(uma) Comissão de Comunicação e Mobilização e 1(uma) Comissão de Infra-Estrutura, Logística e Orçamento. **O Presidente abre as inscrições** para os conselheiros. Três conselheiros se candidataram para representar os usuários: A conselheira Márcia, a conselheira Suely e o conselheiro Antônio Cordeiro, representando os trabalhadores da saúde a conselheira Aparecida Rodrigues, representando os prestadores da serviços, a conselheira Mazena e representando o Governo a conselheira Leila Maria Boabaid. O Presidente coloca em aprovação os nomes, os conselheiros que concordam com os referidos nomes para comporem a Comissão se manifeste levantando o braço, quem é contrário, abstenções. OK com 17(dezessete) votos a favor foi aprovado. O Presidente colocou em votação o coordenador da Comissão da Conferência, a conselheira Leila Maria Boabaid foi indicada a Coordenadora, com isso o Presidente colocou em votação o nome da conselheira. Os conselheiros que concordam

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

com o nome da Conselheira, Leila Maria Boabaid como coordenadora da Conferência se manifeste levantando o braço. OK aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente da seqüência ao próximo ponto de pauta. **Pauta 2.2** – Apresentação, discussão e aprovação dos processos da ouvidoria. **A Ouvidora, Edna Marlene faz** a apresentação e diz que o total de processos para arquivamento foram de 2263, com duas observações 1971 processos de 2010 e 292 de processos anteriores. Dentre eles, varias questões, como medicamentos, atendimentos hospitalares, exames e muito pouco elogios. A Ouvidora fez também a leitura da recomendação para encaminhamento da Comissão de medicamentos do CES/MT, com relação a Política da Assistência Farmacêutica: **1º-** Que a SES tenha autonomia para realizar os processos licitatórios. **2º-** Que a Secretaria Executiva do CES/MT convoque uma reunião ampliada com a Comissão de Medicamentos do CES, Ministério Público, Defensoria Pública, Ouvidoria, Superint. de Políticas, CAF, Superint. de Atenção Integral a Saúde, CRM, CRF, COSEMS, COREN, Assistência Social e Gestores da SES. **3º-** solicitar que a CAF elabore uma lista de medicamentos dos pacientes renais pediátricos. **4º-** que a Assessoria Jurídica do CES/MT elabore uma resolução normatizando o processo licitatório da saúde seja feito pela SES. **5º-** encaminhar a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa as Leis que são inconstitucionais. **6º-** Que o Pleno discuta a reestruturação física, organizacional, RH, equipamentos e Rede da CAF, que ela deixe se ser uma Coordenadoria e passe a ser uma Superintendência. **7º-** que os conselheiros realizem uma visita “In Loco” da CAF e GEMEX e cobre uma definição da Política de medicamentos da SES para o SUS. Em seguida o **Conselheiro Carlos Eilert diz**: Com relação a CAF, ela tem em sua administração uma empresa com um programa chamado UNIRELT e que não pode faltar medicamentos, e na sua fala você está dizendo que está faltando medicamentos, isto não pode estar acontecendo. Outra situação é, se esta deferido ou indeferido, acabou o negativo do NÃO, porque o paciente esta sofrendo na justiça. Porque se da indeferido, tem que se montar tudo outra vez conforme a portaria 172, acho que temos que rever essas questões. Em seguida, **o Conselheiro Bazan diz**: Nós temos que ter aqui os médicos que fazem esses cinco mil procedimentos, esta é a base da regulação, temos que buscar nem se for recursos extras, buscar esses cadastros atrelados aos médicos, hospitais, ou seja, onde é que o paciente vai para ser atendido. Em seguida, o **Conselheiro Lousite diz**: Estive fazendo uma pesquisa, e desde quando se criou o Conselho e essa questão de medicamentos e exames de média e alta complexidade até hoje é o mesmo retrato. Nessa sua fala eu não vejo a questão primária, pois tenho visitado vários bairros da Baixada Cuiabana e só encontro reclamação de falta de atendimento, pessoas com Hanseníase e falta e medicamentos. Em seguida, **a Conselheira Marivanda diz**: Eu queria dizer para nós atentarmos e cobrarmos os serviços prestados aos usuários, temos que verificar se foi pago e se foi feito. A Ouvidoria Setorial não toma conhecimento disso e não se arruma nada. Em seguida **o Conselheiro Antônio Cordeiro diz**: eu queria dizer que a Ouvidoria funciona muito, mas muita gente não sabe onde procurar, e essa briga antiga da Ouvidoria do SUS e Ouvidoria Setorial isso tem que acabar e cada uma na sua função para atender o usuário, La na Casa Civil também tem ouvidoria, mas os pobres não vão lá e muita gente também não sabe. Vários problemas ai apresentados tem

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

atendimento aqui em Cuiabá sim, mas não para atender o SUS, porque o SUS paga uma miséria, tento o profissional como os serviços. Em seguida **a Conselheira Zuleide diz**: queria só lembrar o Conselheiro Antônio e a todos nós, que já foi aprovado por este Conselho que em seis meses retome para a SES e foi também aprovado uma Comissão de Acompanhamentos a Medicamentos, para estudar e apresentar ao Conselho uma proposta de trabalho para melhorarmos toda essa situação de falta de atendimento e de medicamentos. Em seguida **o Conselheiro Orlando diz**: Concordo com o que a conselheira Marivanda disse, tem que aparecer o custo que foi orçado e o que foi executado, para possamos considerar enquanto política pública de Estado. Em seguida o **Conselheiro Carlos Eilert diz**: Eu queria dizer a Ouvidora Edna que a Drª Sueli da oncologia pediátrica do Hospital do Câncer disse que não está sendo regulado nada para ela, não tem regulação de criança para lá, pois ela tem espaço para atender e disse também que lá tem 70 médicos dedicados no hospital. Ela disse também que lá não tem residente, não tem médico residente no Hospital do Câncer. Em seguida **o Conselheiro Ângelo diz**: Peço que traga aqui também para nós o orçamento dos casos resolvidos, para termos uma idéia da situação. Em seguida **a Ouvidora, Edna Marlene diz**: Gostaria de dizer a todos e que as demandas que temos na Ouvidoria são inúmeras, em todas as ordens, muitas das vezes quando o paciente consegue fazer uma Colonoscopia, ele já está em metástase, é esta preocupação que trago a vocês. Em seguida **a Conselheira Zuleide faz a seguinte proposta**: Que a Srª Edna, enquanto Ouvidora encaminhe para o setor de Controle e Avaliação e Regulação todas as demandas da Ouvidoria e quando tiver as respostas levar para a Comissão do Conselho analisar e trazer para o Pleno, pois é muito importante saber como funciona todo esse programa (demanda e oferta). Em seguida **o Presidente coloca em votaçã**o a proposta da conselheira Zuleide, os conselheiros que concordam com a proposta aqui apresentada se manifeste levantando o braço, quem é contrário? Abstenções. OK com 14(Quatorze) votos a favor, foi aprovado a proposta de encaminhamento da conselheira. Em seguida **o Presidente coloca em votação** as propostas de encaminhamentos da Comissão do CES/MT. **1º-** Que a SES tenha autonomia para realizar os processos licitatórios. **2º-** Que a Secretaria Executiva do CES/MT convoque uma reunião ampliada com a Comissão de Medicamentos do CES, Ministério Público, Defensoria Pública, Ouvidoria, Superint. de Políticas, CAF, Superint. de Atenção Integral a Saúde, CRM, CRF, COSEMS, COREN, Assistência Social e Gestores da SES. **3º-** solicitar que a CAF elabore uma lista de medicamentos dos pacientes renais pediátricos. **4º-** que a Assessoria Jurídica do CES/MT elabore uma resolução normatizando o processo licitatório da saúde seja feito pela SES. **5º-** encaminhar a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa as Leis que são inconstitucionais. 6**º-** que os conselheiros realizem uma visita “In Loco” da CAF e GEMEX e cobre uma definição da Política de medicamentos da SES para o SUS. Diante do exposto, os conselheiros que concordam com as referidas propostas de encaminhamentos se manifeste levantando o braço, quem é contrário? Abstenções. OK com 15(quinze) votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção, foram aprovadas as propostas da Comissão do CES. em seguida o **Presidente coloca em votação** a proposta da Comissão: **-** Que o Pleno discuta a reestruturação física,

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

organizacional, RH, equipamentos e Rede da CAF, que ela deixe se ser uma Coordenadoria e passe a ser uma Superintendência. Antes da votação a **Conselheira Marivanda**, questionou a Comissão, do porque se criar uma Superint. para CAF? **O Conselheiro Antônio Cordeiro, da Comissão responde**: Porque a CAF como superintendência passará a ter mais poderes, poder de compra, terá mais autonomia, essa é a nossa proposta. Em seguida, **o Conselheiro Carlos Eilert diz**: Acho isso uma situação muito difícil porque senão vamos ter que criar varias superintendência, Superint. para dengue, de promoção de saúde, todos vão querer criar superintendência para fazer suas compras. Em seguida **o Conselheiro Lousite diz**: A Secretaria de Saúde está engessada, não é só a CAF e toda a SES. Temos que tirar o gesso da SES para que ela tenha mais autonomia. Em seguida **a Conselheira Leila Boabaid faz** a seguinte proposta: Que a CAF fique subordinada a Superintendência de Atenção Integral a Saúde, porque lá estão as ações programáticas. Em seguida **o Presidente coloca em processo de votação** o seguinte encaminhamento: Que mude a reestruturação física, organizacional, RH, equipamentos e Rede da CAF, que ela deixe se ser uma Coordenadoria e passe a ser uma Superintendência. Os conselheiros que concordam com a referida proposta se manifeste levantando o braço, quem é contrário? Abstenções. OK com 02 (dois) votos a favor, 10(dês) contrários e 03(três) abstenções. A proposta não foi aprovada e terá que retornar para a Comissão para se fazer um novo estudo na questão de ordem, para um novo encaminhamento. Em seguida **o Presidente coloca em votação** outra proposta da Comissão: Visita “In Loco” da Comissão do CES/MT na CAF e GEMEX. Os conselheiros que concordam com a referida proposta se manifeste levantando o braço, quem é contrário? Abstenções. OK com 13(treze) votos favoráveis e duas abstenções foi aprovado o encaminhamento proposto. Em seguida **o Presidente coloca em votação** outra proposta de encaminhamentos da Comissão: Cobrar uma definição da SES, sobre a Política de Medicamentos para o SUS em Mato Grosso. Os conselheiros que concordam com a referida proposta se manifeste levantando o braço, quem é contrário? Abstenções. OK com 14(quatorze) votos a favor foi aprovado o encaminhamento proposto. Em seguida **o Presidente da seqüência** a reunião, **Pauta 3.4** - Apresentação do relatório das ações da Ouvidoria Setorial referente o ano de 2010 bem como do seu organograma. **A Ouvidora Setorial, a Srª Lilian faz** a apresentação das ações. Primeiramente fez os devidos cumprimentos e em seguida apresentou dados de 2008 e 2009, as ações de relevância, as parcerias, as descentralizações das ouvidorias e faz a apresentação das ações da Ouvidoria Setorial em 2010. Falou da importância da reestruturação das ouvidorias e disse que nenhum ouvidor tem cargo, apenas o dela, que é DGA 8 como Ouvidora Setorial. A Ouvidoria Setorial está funcionando no Hospital São Tomé, em uma sala pequena e bem precária, relatou que ultimamente tem melhorado com o apoio da Ouvidoria Geral do SUS e do Ministério da Saúde. Falou que as demandas são de técnicos da SES e da importância da parceria com a Ouvidoria do Conselho que começou em 2010. Em seguida a **Técnica da Ouvidoria Setorial, a Srª Debie diz**: Inicialmente se diz constrangida em fazer a apresentação, devido a algumas falas de alguns conselheiros sobre a Ouvidoria Setorial. A técnica faz a apresentação dos dados consolidados durante o ano de 2010 de

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

janeiro até a primeira quinzena do mês de dezembro, totalizando 1310 dados, dentre os dados a principal demanda é a reclamação, e 70% dos assuntos se referem a Gestão. A Debie relata ainda que as demandas da Ouvidoria setorial vem crescendo a cada ano, diz que, de 2009 para 2010 cresceu cerca de 60% de demandas. Finalizando a técnica, Debie se diz indignada e insatisfeita com os ataques feito por alguns conselheiros a técnicos da SES injustamente. Em seguida **o Presidente abre as inscrições** dos conselheiros para discutir sobre o assunto. Em seguida **o Conselheiro João Dourado diz**: O debate aqui não é de concepção, mas sim de quebra de paradigma, e isso é fundamental. Diz que toda instituição formada para trabalhar para o usuário, é sempre bem vinda, acho que gestão e Conselho tem que se respeitar e trabalhar juntos em prol do usuário. Sabemos que muitos profissionais estão sofrendo assédio moral, assédio sexual e gostaria de saber qual a via de acesso para esses servidores? Em seguida, **a Conselheira Jucélia diz:** Gostaria de dizer para a Lilian e para a Debie, que o ideal seria que em uma próxima apresentação que dos 1300 tivesse 50% e o ideal era de que vocês não tivessem trabalho, porque enquanto tiver demandas de números é sinal que a saúde não está funcionando. Gostaria de saber de vocês, com relação aos servidores que estão hoje como Ouvidores Setorial, se eles já estão trabalhando e se já estão sendo trinados para isso? Em seguida, **a Conselheira Zuleide diz**: Gostaria de parabenizar a equipe pelo trabalho, conheço a equipe de trabalho e inclusive já fui até convidada para fazer parte desse grupo. Acho que nesse momento temos é que unir as forças, Conselho e Gestão, Ouvidoria Setorial e Ouvidoria do Controle Social. Em seguida **o Conselheiro Ângelo diz**: A partir do momento que o Ministério da Saúde vem no município do Estado sem passar pelo Conselho, já é um problema, então o que eu acho é que as duas Ouvidorias tem que sentar, conversar e trabalhar juntas. Em Seguida **a Conselheira Marivanda diz**: Parabeniza a apresentação feita pelas técnicas e faz as suas considerações. Foram passados alguns dados pelo Ministério que não foi aqui apresentado, se diz também a favor do trabalho das duas Ouvidorias e trabalharem juntas se complementando. Eu citei a Escola de Saúde porque até hoje não consegui encontrar a sala da Ouvidoria na Escola de Saúde, não tem estrutura ainda, fiz umas dez sugestões e reclamações e coloquei nas caixinhas e até agora não fui contemplada em nenhuma, com nenhuma resposta. Então quando a gente pergunta da funcionabilidade do serviço, nós gostaríamos de ter alguma resposta. Em seguida, **o Conselheiro Lousite diz**: Nós temos duas Ouvidorias, parabéns, mas Eu queria dizer aqui que gostaria que não houvesse nenhuma Ouvidoria, porque isso seria o sinal de que o poder público estava funcionando de verdade, estaria cumprindo com o dever constitucional. Vejo que falta melhor estrutura para Conselho e Ouvidoria funcione. Em seguida **o Conselheiro Antônio Cordeiro diz**: Tivemos uma visita de um representante do Ministério da Saúde e ele chegou aqui atropelando tudo e não se explicou a situação porque veio até aqui, a pessoa tem que ter coerência para fazer uma coisa dessa, colocar no papel o que o Governo, o que o Estado tem que fazer é muito fácil, mas a realidade é muito difícil. Também concordo que as duas Ouvidorias trabalhem juntas para fortalecer o SUS. Em seguida **a Conselheira Leila Boabaid di**z: Parabeniza a Lilian e a Debie pela apresentação. O que temos que entender é que a Ouvidoria setorial é uma Política do Governo, do Ministério da Saúde e que Mato

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

Grosso aderiu. O que temos que fazer é definir competências das duas Ouvidorias para que acabe o paralelismo de ações. Em seguida **o Conselheiro Orlando diz**: Gostaria de fazer duas perguntas: qual DGA que esses Ouvidores Setoriais estão? Outra pergunta é com relação a abordagem, com relação a satisfação e insatisfação, como é que chega isso para vocês, como base? É com base no atendimento como que é isso? Em seguida, **a Ouvidora Edna Marlene diz**: Parabeniza a Ouvidoria Setorial pela apresentação, e diz que em sua proposta de trabalho é trabalhar em parceria e diz que agora ira tentar estreitar ainda mais essa relação. Diz também que já deveria ter tido uma definição de uma política de apenas uma Ouvidoria e fortalecer essa única Ouvidoria a nível de Estado. Diz que como esta ai tem que se trabalhar a questão dos fluxos e se integrar. **A Ouvidora Setorial, a Srª Lilian responde** aos questionamentos dos Conselheiros e diz: Com relação ao assédio moral, está na tipificação de recursos humanos como foi apresentado, mas não temos demanda alta sobre assédio moral. Com relação a capacitação dos ouvidores, eles já receberam capacitação, já estão capacitados para a função. Com relação aos municípios, um exemplo o município de Rondonópolis, a Ouvidoria se desvinculou do conselho, mas não foi uma ação nossa e sim do Ministério da Saúde, pois eles não reconhecem a Ouvidoria do Conselho e queria dizer que tem que haver uma discussão maior sobre o assunto. Com relação a relatório, os dados aqui apresentados, são dados que vieram do disque saúde do Ministério da Saúde, com relação ao prazo de resposta é o sistema ouvidor SUS que coloca, ou seja prioridade média, alta e baixa e quem delimita são eles próprios. Com relação a DGA para os ouvidores, queria dizer que os ouvidores setoriais não recebem DGA, apenas eu (Lilian) recebo DGA 8 como já disse anteriormente. Com relação as urnas cada setor tem uma comissão cuidar disso. Com relação a política única de Ouvidoria, podemos estudar essa questão a nível de Estado. Em seguida a **Ouvidora Edna Marlene faz um esclarecimento** e diz que não ficou como Ouvidora do SUS pela Gestão por um ano como foi dito e sim por três meses. Em seguida, **o Presidente diz** que, como se tratava apenas de uma apresentação, não haveria encaminhamentos. Em seguida o Presidente da seqüência a reunião, **Pauta 2.3** – Apresentação, discussão e encaminhamentos da Coordenadoria de Planejamento sobre: **1-** O Pré programa para elaboração do PES, PDRI e PPA, **2-** Discutir sobre a prioridade da participação dos conselheiros neste processo que acontece até o mês de agosto de 2011. **A Técnica Lucinéia faz a apresentação** e diz: Faço questão de falar porque no ano que vem vai ser um ano pesado para a SES e para o Controle Social, vai ser um ano onde nós vamos trabalhar a elaboração de três grandes instrumentos para o SUS, que é o PDRI, o PES e o que vai acabar caindo no PPA. Esses instrumentos só poderão ser executados se estiver no orçamento, com isso temos que coloca-los no PPA. Em virtude disso, nós da equipe técnica decidimos com a Comissão de Planejamento e Orçamento do Conselho, que saia daqui uma resolução dando prioridade para o exercício de 2011 a participação dos conselheiros nesse processo de construção, porque é muita coisa e nós vamos precisar de tempo e da participação de todos. A proposta para o Conselho é que em todas as fazes do processo de construção desses instrumentos o Conselho vai ser chamado para participar através das Comissões do Conselho. Após a apresentação **o Presidente abre**

SUS Sistema Único de Saúde
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

para os encaminhamentos dos conselheiros. Em seguida **o Conselheiro João Dourado diz**: Meu encaminhamento é de que a primeira reunião do Conselho em 2011, seja de período integral e que na parte da manhã fique para nós adequarmos a agenda, dentro das prioridades que nós queremos para o ano que vem. Em seguida **o Conselheiro Bazan diz**: Que no mês de junho/2011, o Conselho assegure uma pauta para apresentação do PES – Plano Estadual de Saúde e para o mês de Agosto agende a apresentação do PPA. A Conselheiro Carlos Eilert, propõe também que na primeira reunião Ordinária do Conselho, em fevereiro nós estaremos aqui apresentando a recomposição das Comissões e a Resolução. Após as propostas de encaminhamentos, **o Presidente coloca em votação** as referidas propostas, que foi aprovada pelo Pleno por unanimidade. Em seguida, **o Presidente passa para** os informes finais. **O Secretário Executivo do CES/MT, o Srº Ivan Utsch Seba faz** os informes finais: **Informe 1º-** A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) realizará nos dias 16 e 17 de dezembro em Brasília o II Encontro de Avaliação da Política de Gestão Estratégica e Participativa (PARTICIPASUS) no Auditório do Edifício Premium SAF – Sul. Com isso solicita que o Conselho indique 01 (um) representante para participar do evento, as inscrições é até o dia 01/12/2010 (OBS: Hospedagem e passagem é por conta do Ministério da Saúde). Em seguida a Conselheira Marivanda e o Conselheiro Lousite se candidata a vaga. **O Presidente coloca em votação** os nomes dos candidatos. Com isso a Conselheira Marivanda teve 6 (seis) votos e o Conselheiro Lousite teve 5 (cinco) votos. Com isso foi aprovado o nome da Conselheira Marivanda para representar o Conselho no evento em Brasília/DF. **Informe 2º-** A Secretaria Geral recebeu o Oficio nº 263/2010 do COSEMS, convidando a todos os conselheiros para participar de uma reunião conjunta do CES/MT e COSEMS no dia 08/12/2010 das 08:30 às 12:00 no auditório da Associação Matogrossense dos Municípios –AMM, com o objetivo de discutir os desafios da política de saúde no Estado de Mato grosso, visando o fortalecimento do SUS, do papel do Estado e dos Municípios. **Informe 3º-** A Secretaria Geral recebeu o Oficio Circular nº 033/2010 do COSEMS, convidando o Conselho Estadual de Saúde para participar do Fórum sobre a Dengue, que vai debater políticas, ações e serviços públicos de combate à dengue. O Fórum será realizado no dia 07/12/2010 a partir das 08:00 horas no Auditório da Associação Matogrossense dos Municípios –AMM. Em seguida, **O Presidente** agradece a presença de todos e finaliza a reunião. Nada mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezessete horas e quinze minutos, após lida e achada conforme, a presente Ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Vice Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Carlos Alberto Eilert,** pelo Secretario Executivo**, Ivan Utsch Seba** e pelos demais Conselheiros presentes: **Paulo Roberto Araujo (Poder Executivo); Leila Maria Boabaid Levi (SES); Edite Eunice de Souza (SES); Valmir Simão de Lima (SEMA); Angelo Falcão de Figueiredo (UFMT); Mazena Salah Eldin Farah (Entid. Filantrópica); Patrícia Chaves West (SINDESSMAT); Maria Aparecida Amorim Fernandes (CRP); Jucélia Clara Nunes de Souza (CRESS); Carlos Alberto Eilert (ED. Física); Marivanda Inês Rodrigues Pereira Eilert (CRMV); Roberta Freitas (CRF); Aparecida Silva Rodrigues (SISMA); Zuleide Pulcherio Klein (Suplente SISMA); Jose Carlos Bazan (ADERCO);**

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

Lucimar Brito da Palma (Suplente Aderco); Orlando Francisco (SINTEP); Suely Correa de Oliveira (MOPS); Márcia Regina Gomes Pereira (NEON); João Luiz Dourado (CUT); Raquel Maria de Arruda Conceição (ANDE); Lucyene dos Anjos Silva (DF Criança e Adolescente); Antônio Cordeiro Sobral (Assoc. Portad. Patologia); Lousite Ferreira da Silva (Associação dos Aposentados).

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342